POLÍCIAS MILITARES — COMPETÊNCIA DA UNIÃO E DOS ESTADOS PARA LEGISLAR SÔBRE A SUA ORGANIZAÇÃO — GARANTIA DE PATENTES E POSTOS MILITARES — CRIAÇÃO DE QUADROS SUPLEMENTARES — MANDADO DE SEGURANÇA — DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE

— As Constituições, como os Códigos, pelo próprio sentido de atos legislativos destinados a dispor sôbre todo um conjunto de relações jurídicas, revogam em bloco o direito anterior sôbre igual matéria.

— Só se tem como derogada a norma anterior pela nova quando e enquanto haja incompatibilidade entre elas.

— A plenitude de garantias que a Constituição assegura aos militares não é compatível com restrições de pura discricção por parte do legislador e do Poder Executivo.

— A inclusão de oficiais em Quadro Suplementar, significando restrição à efetividade, interferiria não só com as organizações das polícias, senão ainda com as garantias dos seus oficiais, e sôbre estas nunca a União delegou poderes aos Estados.

— Ao legislador estadual não é lícito criar quadros na Polícia Militar, afetando as garantias outorgadas às patentes pelo direito positivo da União.

— Interpretação do art. 5.º, n.º XV, letra f, da Constituição.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO NORTE

Requerentes : Júlio César Pinheiro e outros

Mandado de segurança n.º 64 — Relator : Sr. Desembargador

SEABRA FAGUNDES

ACÓRDÃO

1. Júlio César Pinheiro e outros, todos oficiais da Polícia Militar dêste Estado, impetraram mandado de segurança contra os atos do Sr.

Governador do Estado (decretos de 13 de maio, 6 e 27 de fevereiro do corrente ano), que os transferiram para o Quadro Suplementar.

Examinadas pelo acórdão de fls. 49-50 as questões de direito ordinário e com base nelas considerado improcedente o pedido, foi o seu exame, no que concerne às questões constitucionais, devolvido ao Tribunal compôsto pela totalidade dos seus juizes, nos termos do aditivo ao Regimento Interno aprovado em sessão de 16 de junho do corrente ano.

2. Pretende-se que o decreto-lei n.º 748, de 24 de novembro de 1947, que criou na Fôrça Pública o Quadro Suplementar, é inconstitucional, quer por incompetência do legislador do Estado, pois se trata de matéria de organização da Polícia, como tal privativa do Poder Legislativo da União (Constituição federal, art. 5.º, XV, f), quer por ferir, na possibilidade de transferência do oficial, por simples **conveniência do serviço**, para quadro em que é privado do exercício da função e prejudicado nos proventos e outras vantagens, as garantias asseguradas à patente pelo art. 182 da Lei Suprema do país, estendidas aos oficiais das polícias dos Estados pela lei federal n.º 192, de 17 de janeiro de 1936.

E daí a inconstitucionalidade que contagia os atos de execução praticados a 13 de maio, 6 e 27 de fevereiro d'êste ano, pelo Sr. Governador, transferindo os impetrantes para aquêle Quadro.

3. No art. 5.º da Constituição federal se estatui: "Compete à União: . . . XV — legislar sôbre: . . . f) organização, instrução, justiça e garantias das polícias militares e condições gerais da sua utilização pelo Govêrno federal nos casos de mobilização ou de guerra".

Estará compreendido aí o estruturamento ou a criação de quadros pelo legislativo local?

Afigura-se que sim. Nada mais intimamente respeitante à organização das corporações militares que os seus quadros de oficiais, com a discriminação do número de componentes segundo os postos e a distribuição por serviços e corpos (comando, estado-maior, batalhões, companhias, seções, serviços e estabelecimentos) (lei n.º 192, art. 3.º, e decreto estadual n.º 289, de 5 de maio de 1944).

4. Assim pensa Pontes de Miranda, para quem, dentre as deduções que o texto da Carta Magna impõe, está a de que "os quadros são organizados segundo a lei federal" (**Comentários à Constituição de 1946**, vol. I, p. 306).

5. Com êle concorda Temístocles Cavalcânti (*A Constituição Federal Comentada*, vol. I, pp. 119-120).

6. Nem constitui subsídio em contrário o veto do Presidente da República, assente em texto da Constituição de 1934 (art. 5.º, XIX, I), idêntico ao da atual (art. 5.º, XV, f), oposto aos artigos da lei n.º 192 que dispunham sôbre reforma por invalidez, compulsória e voluntária, matéria que se poderá dizer atinente aos quadros na sua movimentação (*Revista de Direito*, vol. 120, p. 430).

Primeiro porque a exegese do órgão legiferante ou executivo, por mais valiosa que possa ser, não compromete o Judiciário, de resto não obrigado, sequer, pelos seus próprios precedentes.

Segundo porque, ponderadas as razões ali expostas, se vê que um único aspecto preocupou o Presidente da República — o patrimonial, pela repercussão que o sistema de reforma adotado acarretaria aos erários estaduais. É que no projeto enviado à sanção o legislador não se limitara a discriminar os casos de reforma: dispusera também sôbre os proventos dos reformados, criando, assim, obrigações financeiras para os Estados sob o pretêsto de organização das polícias.

7. Mas, se por um lado a competência originária, básica, essencial para legislar sôbre os quadros das polícias militares é da União, por outro a própria Carta Política do país admite, no que diz respeito à organização das polícias, legislem os Estados supletiva ou complementarmente (art. 6.º).

E a legislação, que no uso dessa competência se edite para suprir lacunas do direito federal ou completá-lo, será mais ou menos ampla na dependência da minuciosidade, menor ou maior, que o legislador da União tenha emprestado às leis da sua originária jurisdição. Poderá abranger um máximo ou um mínimo, conforme a extensão com que a lei federal haja tratado do assunto.

Tanto mais quanto a superveniência de lei federal sôbre assunto antes deixado à suplementação da lei local, tirará a êste automaticamente a vigência (Pontes de Miranda, ob. e vol. cit., pp. 344-345).

8. Sôbre organização das polícias estaduais, desde a Carta Política de 1934, primeiro texto constitucional a deferi-la à competência precípua da União (art. 5.º, XIX, I), até hoje, o legislador federal limitou-se às normas escassas da lei n.º 192, de 17 de janeiro de 1936, tendo mesmo, numa certa fase, delegado poderes aos Estados para sôbre o assunto legislar irrestritamente (decreto-lei n.º 1.202, art. 32, XI).

9. Foi tendo em consideração a deficiência do direito positivo federal, que o legislador do Estado, mais de uma vez, utilizando a sua competência acessória, traçou normas à organização da Fôrça Pública.

10. Tem-se, aliás, a impressão de que, reservada à União a competência para dispor sôbre a organização das polícias militares, o legislador nacional guardou-a, potencialmente, como um poder a usar quan-

do oportuno pela desvirtuação das arregimentações locais, que pretendam erigir as polícias em pequenos exércitos (fenômeno peculiar à fase pré-revolução de 1930), ou em época de mobilização.

11. A própria complexidade do problema, pela necessidade de atender a situações locais as mais diversas, inclusive do ponto de vista econômico, cujos reflexos sobre a organização das corporações, é evidente, há de ter induzido o Congresso a usar mui restritamente daquela atribuição.

12. Foi assim no uso da sua competência supletiva que o legislador estadual elaborou o decreto-lei n.º 748. Não exorbitou em tese, portanto, do seu poder de legislar, e, conseqüentemente, não feriu o art. 5.º, n. XV, letra f, da Constituição da República.

13. Quanto à violação das garantias asseguradas às patentes, cabe verificar, de início, não sendo as polícias estaduais integrantes das Forças Armadas, mas sim **forças auxiliares** delas, se lhes é aplicável o art. 182 da Constituição federal, onde se estatuem aquelas garantias.

14. A lei n.º 192, promulgada quando ainda vigente a Constituição de 1934, declarou extensivo aos oficiais das Polícias Militares o disposto no art. 165 daquela Carta Política, onde se declaravam garantidas as patentes e postos dos oficiais das Forças Armadas (art. 23).

15. Outra a Constituição agora vigente, e já de permeio uma terceira tendo obrigado (a de 1937), valerá ainda, como remissão ao texto constitucional, o dispositivo da lei n.º 192 ?

Impõe-se a resposta afirmativa.

16. Dois sentidos se pode emprestar à remissão dessa lei à Constituição de 1934: a) incorporação no seu texto do teor do art. 165; b) extensão aos oficiais das Polícias dos Estados do princípio substanciado naquele artigo.

17. Na primeira hipótese, o preceito nêle consignado se incorporou, embora por um defeituoso processo de técnica legislativa, no texto da lei n.º 192, passando a integrá-la, tornando-se assim norma de direito federal ordinário aplicável às Polícias Militares.

Não se tratará aí da sobrevivência de dispositivo duma Constituição à qual outra sucede, o que seria de todo o ponto inaceitável, porquanto as Constituições, como os códigos, pelo próprio sentido de atos legislativos destinados a dispor sobre todo um conjunto de relações jurídicas (e aquelas, pelo seu sentido político ainda mais que éstes) revogam em bloco o direito anterior sobre igual matéria.

A norma do art. 165 da Constituição revogada perdura como parte da lei ordinária, que a adotou explicitamente, e não como texto do ato constitucional já inoperante pela superveniência de outro de igual hierarquia (a Carta de 1937).

A referência ao art. 165 vale praticamente como se transcrito fôra ele na lei n.º 192, sem sequer se aludir à sua fonte, o texto constitucional.

18. Saredo, ao discriminar, em *Il Digesto Italiano*, as regras de abrogação das leis, admite que se uma lei alude a sanções consignadas em outra e se esta outra é revogada, permanecem vigentes, no entanto, as sanções às quais aquela se referir como condição do seu aplicamento, porque se consideram, por força da remissão, como sua parte integrante (vol. I, primeira parte, verbete *Abrogazione delle Leggi*).

Ora, se assim é quando se trata de sanções, com maioria de razão há de ser em se tratando de garantias, sabido que o direito punitivo aconselha a interpretação restritiva, o que se não dá com o instituidor de vantagens.

19. Na segunda hipótese, o objetivo da remissão ao texto da Lei Suprema de 1934 terá sido estender aos oficiais das polícias militares as garantias outorgadas às patentes da oficialidade das Forças Armadas pelo direito básico. E, então, o que se adotou como norma do direito ordinário da União sôbre as polícias locais, foi o princípio ali expresso (garantidor da estabilidade, vencimentos, etc., dos servidores militares), e não o art. 165 formalmente considerado.

Se através do Estatuto Político de 1937, como do vigente, o princípio permaneceu no direito constitucional positivo do país, a referência da lei n.º 192 continua operante.

20. Repugnaria ao intérprete, por exemplo, que remissão feita à Lei de Acidentes do Trabalho de 1934 (decreto-lei n.º 24.637, de 10 de julho), se tornasse inoperante só por vigente o decreto-lei n.º 7.063, de 10 de novembro de 1944, que refundiu aquêle, se mantido neste o preceito ao qual se remetesse.

Não faz muito tempo decidiu o Supremo Tribunal Federal (Segunda Turma), que remissão feita pela Lei de Falência de 1929 ao **processo comum**, como subsidiário no andamento dos recursos por ela instituídos, não dizia respeito ao regulado pela lei da sua data, o decreto n.º 3.084, de 5 de novembro de 1898, — senão ao **processo comum** vigente no momento em que se tivesse de concretizar a remissão, no caso o Código do Processo Civil promulgado dez anos após vigorante aquela lei (20-5-47, *Rev. Forense*, vol. 115, pp. 430-431).

21. Conquanto não ajustável precisamente à situação que se tem em vista, traz subsídio à exegese adotada a regra de que a norma anterior só se tem como derogada pela nova quando e enquanto haja incompatibilidade entre elas. E tal regra, que se depreendia da primitiva Introdução ao Código Civil (art. 4.º) e deflui claramente da atual (art. 2.º, § 1.º), tem por si, ainda, a comum opinião dos tratadistas da hermenêutica jurídica (Baudry - Lacantinerie et Houques - Fourcade, *Traité Theorique et Pratique de Droit Civil - Des Personnes*, vol. I, pp. 98-99; Saredo, *Il Digesto Italiano*, vol. I, prim. parte,

verbete **Abrogazione delle Leggi**; Carlos Maximiliano, **Hermenêutica e aplicação do Direito**, p. 366; Espínola e Espínola Filho, **A Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro**, vol. I, pp. 86-87; Serpa Lopes, **Comentário Teórico Prático da Lei de Introdução ao Código Civil**, vol. I, p. 63).

22. É bem de ver a que tumulto não conduziria a interpretação das leis se se admitissem como inválidas as referências de uma lei a outra, sempre que modificada ou substituída esta, num país que veio de tão grande pletora de decretos-leis (mais de 8.000 somente sob o Estado Novo) e que em dezesseis anos (1930-1946) conheceu quatro Constituições, além de várias leis constitucionalmente intermediárias.

23. E se assim não se quisesse admitir chegar-se-ia, no que concerne aos oficiais de polícia, ao dislate de lhes desconhecer (pelo menos aos investidos no oficialato após 1937) até a proteção contra a demissibilidade **ad nutum**, garantia elementar no sistema do direito administrativo pátrio para os servidores que atingem um tempo mínimo de exercício.

Sim, porque inoperante a remissão às garantias da oficialidade das Forças Armadas, inexistiria qualquer texto legislativo (salvo o caso esporádico de ulterior lei local a respeito) assecuratório de tal direito aos oficiais das forças públicas.

Mas isso a ninguém ocorreria, nem se supôs, durante todo esse período, que qualquer oficial de polícia pudesse ser demitido à discricção do Poder Executivo.

24. Aceito que as garantias dos oficiais das Forças Armadas se estendem, em virtude da lei n.º 192, à oficialidade das polícias militares, cumpre examinar se a criação do Quadro Suplementar na Força Pública deste Estado, para que a êle se transfiram os oficiais que, a juízo do Governador do Estado (“por conveniência do serviço”), se afigure oportuno afastar do Quadro Ordinário, e a consequente aplicação da medida, ferem as garantias do oficialato no conteúdo, que lhes tem sido atribuído nos vários e sucessivos textos do direito constitucional brasileiro, e notadamente, com aplicação à espécie, nos de 1934 (art. 165) e de 1946 (art. 182).

25. A garantia das patentes e postos é universal (Black, **American Constitutional Law**, p. 115, nota 15).

No direito constitucional brasileiro aparece com o malogrado projeto da Constituição de 1823 (art. 247), é acolhida na Constituição Imperial (art. 149) e em tôdas as cartas políticas da República (na de 1891, art. 74; na de 1934, art. 165; na de 1937, art. 160, b) até a atual, cujo art. 132 reza: “As patentes, com as vantagens, regalias e prerrogativas a elas inerentes, são garantidas em toda a plenitude, assim aos oficiais da ativa e da reserva, como aos reformados”.

O § 2.º dêsse mesmo artigo discrimina os casos nos quais o oficial poderá perder o pòsto e a patente: a) sentença condenatória passada

em julgado, cuja pena restritiva da liberdade individual ultrapasse dois anos; b) declaração, por tribunal militar, permanente em tempo de paz ou especial em tempo de guerra, de indignidade do oficialato ou incompatibilidade para exercê-lo.

A êsses dois casos se acrescenta um terceiro deduzido doutro dispositivo da própria Constituição: o de perda dos direitos políticos (Seabra Fagundes, *As Fôrças Armadas na Constituição*, p. XX). *

26. A diferença que se pode assinalar entre a Constituição de 1934 (e as de 1891 e 1937 são concordes com essa) e a vigente é de forma, sem repercussão substancial.

Enquanto naquela se alude a **patentes e postos** para dizê-los **garantidos em tôda a plenitude**, nesta se omite a referência a **postos**, preferindo-se tê-los como intrinsecamente compreendidos na alusão às **patentes**, através da fórmula: **as patentes, com as vantagens, regalias e prerrogativas a elas inerentes são garantidas em tôda a plenitude.**

27. Essa plenitude com que se assegura o direito à patente, tão cautelosamente que se deixam enumerados no próprio texto constitucional os estritos casos da sua cassação, não é compatível com restrições de pura discricção por parte do legislador e do Poder Executivo. Se o fôra nada significaria a proteção constitucional, cujo objetivo único é exatamente subtrair o servidor militar, que, de resto, como todo servidor público não é um agente de pessoas, senão do Estado, às interferências eventuais, dignificando-lhe a função e lhe valorizando os atrativos da carreira (Seabra Fagundes, *As Fôrças Armadas na Constituição*, p. XXII).

Não podendo ser demitido, mas sujeito à privação definitiva do exercício ou de parte dos proventos do cargo, o militar estaria apenas nominalmente protegido através da fórmula legal.

28. Ninguém mais sábia nem mais autorizadamente do que Rui Barbosa explanou o sentido da expressão **em tôda a plenitude** (tradicionalmente consagrada, como já se disse, nas constituições republicanas, que precederam a atual — 1891, art. 74, 1934, art. 165, 1937, art. 160, b — e nesta repetida com especificação que lhe não amesquinha o sentido, antes o reforça), com que se define, em extensão, a garantia das patentes no direito brasileiro.

Tomemos alguns trechos às suas lições sôbre o assunto.

“Plenitude, que vem a ser ?

O estado ou condição do que é **pleno**.

E **pleno** ?

A condição ou situação do que se acha perfeito, completo, **inteiro**. Inteiro e pleno são expressões de todo em todo sinônimas. Logo, plenitude equivale a integridade. Se a coisa se não acha inteira, se lhe

* Nota da Redação: Trabalho publicado na *Rev. de Dir. Administrativo*, vols. 9-10, ps. 1 e seguintes.

falta alguma das suas partes, algum dos seus requisitos, algum dos seus elementos, **não é plena**.

O que a Constituição garantiu, pois, garantindo a plenitude às patentes, é que elas seriam invioláveis em “todos os seus elementos, requisitos e partes constitutivas”.

E discriminando êsses elementos constitutivos em três, — “1.º as honras; 2.º a graduação efetiva, com os seus privilégios de autoridade, jerarquia e acesso; 3.º o soldo” —, arremata :

“Logo de nenhuma dessas vantagens, no grau relativo à patente do seu pòsto, será lícito privar o oficial efetivo.

Subtrair-lhe à patente qualquer dèsses elementos, seria inutilizá-la, seria fraudá-la, seria desinteiirá-la, seria torná-la **não plena**, seria tirar-lhe, assim, a plenitude, e, dessarte, violar a garantia constitucional do art. 74” (Comentários à Constituição Federal, coligidos e ordenados por Homero Pires, vol. VI, pp. 217-218).

E noutro passo :

“Em tôda a sua plenitude, isto é : em tôda a sua **intelleza**. A patente é garantida absolutamente **inteira**, como um todo inteiriço, um conjunto orgânico, uma entidade indesfalcável” (ob. e vol. cit., p. 221).

A expressão constitucional, diz ainda, “obsta irredutivelmente a que se cerceie, e diminua, se modifique às patentes a sua plenitude” (ob. e vol. cit., p. 221).

29. Mas se a passagem à inatividade (inclusão na reserva e reforma) vem admitida nos mesmos dispositivos constitucionais, que asseguram as patentes, será de entender que a privação da efetividade e a redução dos proventos, enquanto estritas consequências dela, não afetam a garantia outorgada ?

30. O afastamento da atividade assim previsto é aquêle que independe de arbítrio, que decorre de imperativos naturais do próprio serviço público, é o resultante da incapacidade física para o desempenho eficiente da função (incapacidade presumida, relativa pela idade — inclusão na reserva — e incapacidade presumida definitiva pela idade, ou incapacidade efetiva por motivo de saúde — condição de reformado — decreto-lei estadual n.º 706, de 10 de junho de 1947, arts. 57, a, e 63, a e e; Estatuto dos militares, arts. 51 e 60, a e b).

31. Nesses casos a cessação da efetividade está de tal modo conexa com os imperativos da natureza do serviço, que, ainda vigorante a Constituição de 1891, na qual se declarava só autorizado o afastamento da atividade por “invalidez no serviço da Nação” (art. 75), o Supremo Tribunal Federal teve ocasião de dizê-la compatível, mesmo quando resultante de presunção (limite de idade), com as garantias constitucionais das patentes (ac. de 9-11-1909,, **O Direito**, vol. 96, pp. 417-420, e 4-6-1930; **Rev. Direito**, vol. 99, p. 316).

32. Fora daí já se não está no terreno impessoal das generalizações, regulando-se situações jurídicas segundo condições imprede-

mináveis, para cada pessoa, mas sim no da individualização pessoal das condições de afastamento.

33. Admitir a privação da efetividade fora dos casos de perda da capacidade física indispensável ao mister das armas, seria converter em nada, pela frustração indireta, a garantia constitucional das patentes.

Por isto se deve entender, êsse é que é o sentido inequívoco dos textos constitucionais, que, salvo as exceções imperativamente impostas pela natureza do serviço (aliás também operantes, como único modo de privação do exercício, no que concerne ao funcionalismo civil: Constituição federal, art. 191, I e II), nenhum outro motivo de afastamento do exercício (salvo as penas disciplinares necessariamente temporárias, ou as medidas preventivas ao iniciar-se processo regular) é compatível com o conteúdo da garantia constitucional no que concerne ao oficial da ativa.

34. Para o oficial que está em atividade a garantia da patente compreende os atributos próprios da sua condição de elemento integrante da tropa (exercício, proventos, acesso, etc.), como no que concerne ao da reserva ou ao reformado abrange os atributos peculiares a tais situações (honras, proventos, possibilidade de chamamento à atividade, etc., para êsse; honras, pensão, desligamento definitivo do serviço, etc., para êste).

35. Foi certamente tendo em vista a situação do oficial ativo que Rui Barbosa incluiu a **efetividade** entre os elementos integrantes da patente, afirmando que os oficiais estão garantidos ao mesmo tempo "contra privações do título e contra privações da efetividade, contra a destituição e contra a reforma" (ob. e vol. cits., p. 230).

36. Não é por outra razão que no plano federal tem constituído um delicado problema o afastamento dos oficiais tidos como praticantes de idéias contrárias ao regime, arrastando-se lentamente nas casas do Congresso o ante-projeto governamental a respeito.

Se fôra possível afastar, ao simples juízo do Presidente da República, quantos oficiais se tivessem como nocivos à estabilidade das instituições, inexistiriam dificuldades jurídicas, pois nada mais seria mister que uma disposição conferindo tal competência ao chefe do Poder Executivo.

E, a bem dizer, nem tal seria preciso, porquanto o Estatuto dos Militares já o autoriza aos ministros da Guerra, da Marinha e da Aeronáutica (art. 24).

Quando, porém, o Governo da União insiste na elaboração de lei a respeito é pela certeza de que a legislação existente não harmoniza com as garantias constitucionais do oficialato, que vinculam as restrições ao estatuto jurídico resultante da patente a pronunciamento da Justiça comum ou do tribunal militar (art. 182, § 2.º).

37. De passagem observe-se que tal foi o cuidado do constituinte no admitir essas restrições, que, em se tratando de tribunal militar, se exigiu fôsse êle de caráter permanente, salvo em tempo de guerra externa ou civil.

38. É verdade que o decreto-lei estadual n.º 277, de 17 de fevereiro de 1944, permitindo a transferência para o Q.S. de “oficiais cujo afastamento, por necessidade do serviço ou da disciplina, se torne necessário” (art. 3.º), poderia significar uma restrição, por ato legislativo específico, das garantias das patentes e postos outorgadas na lei n.º 192, de vez que, a êsse tempo, os Estados, por delegação da União, podiam legislar sôbre organização das polícias militares (decreto-lei n.º 1.202, de 8 de abril de 1939, art. 32, XI).

Mas êsse decreto-lei foi promulgado sem aprovação presidencial, indispensável no que se tratasse de legislação sôbre a organização das Fôrças Policiais, durante todo o tempo da delegação da União aos Estados para legislar a respeito (decreto-lei n.º 1.202, art. 32, corpo e parágrafo único).

O decreto-lei n.º 7.518, de 3 de maio de 1945, que reduziu os casos de aprovação presidencial às leis locais, revogou, também, através de nova redação emprestada ao art. 32 do decreto-lei n.º 1.202, a delegação outorgada aos Estados para legislar sôbre organização das polícias.

Ademais (e aquí o argumento supera as considerações que se vêm de fazer), a inclusão no Q.S., significando restrição à efetividade, interferia não só com a organização das polícias, senão ainda com as garantias dos seus oficiais, e sôbre êstes jamais a União delegou poderes aos Estados (decreto-lei n.º 1.202, art. 32, XI).

39. Se a outro ângulo se considerar que inclusão no Q.S. assume o caráter de punição disciplinar, o que, aliás, insinua o representante judicial do Estado (item X da contestação), ressalta a evidência a impossibilidade de aplicá-la por prazo indefinido. Se às sanções de sentido prôpriamente penal se veda a perpetuidade (Constituição federal, art. 141, § 31, prim. parte), como conceber, no plano disciplinar, medida de duração indefinida, o que vale dizer, perpétua a juízo da autoridade aplicadora ?

Claro está que o afastamento temporário, como medida disciplinar imposta pelas conveniências do serviço, constitui imperativo dêste em certas circunstâncias e não se compadece com as delongas de um julgamento, ainda que simples, porquanto é requisito essencial à eficiência do sistema disciplinar das corporações militares a aplicação de plano das sanções (Seabra Fagundes, *As Fôrças Armadas na Constituição*, p. VIII).

Mas não se trata disso no caso dos autos e sim de uma verdadeira reforma compulsória com o caráter definitivo e as desvantagens peculiares às reformas.

40. A falta disciplinar, que segundo a conceitua o direito positivo estadual e federal, é “a violação do dever militar na sua mais elementar e simples manifestação” — a “transgressão prevista nos regulamentos disciplinares” —, por oposição ao delito militar, a “ofensa a esse dever, na sua expressão mais complexa”, capitulado nos códigos e leis penais (Reg. Disciplinar da Fôrça Policial Militar, aprov. pelo decreto estadual n.º 775, de 29 de agosto de 1939, art. 12; Estatuto dos Militares, art. 28), pelo seu próprio conceito repele sanção de tal gravidade.

Aliás, no Regulamento Disciplinar da Fôrça Pública do Estado só se admite, como pena, o afastamento a tempo certo (30 dias) (arts. 18, n.º 1 e 45).

41. De quanto se deixou dito é forçoso concluir que, embora possível ao legislativo estadual, em tese, a criação de quadros na Polícia Militar, não lhe era dado criá-los afetando, com a conseqüente movimentação da oficialidade, as garantias outorgadas às patentes pelo direito positivo da União. Fazendo-o, superpôs-se a esta, invadiu-lhe a competência, feriu a Constituição da República (art. 5.º, XV, f).

Sobre o seu ato prevalece, por isto mesmo, a lei federal (lei n.º 192, de 17 de janeiro de 1936).

Por via de conseqüência são também inconstitucionais os decretos do Poder Executivo, que dessa legislação inconstitucional fizeram aplicação.

42. Com êsses motivos acordam em Tribunal, por maioria de votos, conceder o mandado impetrado, declarando inconstitucional o decreto-lei n.º 748, de 24 de novembro de 1947, na parte em que permite a transferência de oficiais para o Quadro Suplementar, a juízo do Governador do Estado (art. 2.º), e pronunciando a nulidade dos decretos executivos de 13 de maio, 6 e 27 de fevereiro do corrente ano, que, dêsse ato legislativo fazendo aplicação, transferiram os impetrantes para aquêle Quadro por conveniência do serviço, devendo os mesmos volver à sua condição anterior.

Natal, 8 de setembro de 1948. — **Régulo Tinoco**, Presidente. — **Seabra Fagundes**, Relator. — **J. Dantas Sales**. — **Virgílio Dantas**, vencido. Votei de acôrdo com o parecer do Exmo. Sr. Dr. Procurador Geral. — **F. Canindé de Carvalho**. — **João Vicente da Costa**: Votei pela concessão do mandado de segurança, porque a “conveniência do serviço”, determinante da transferência para a inatividade, na espécie o Q.S., não se enuncia expressiva de justa causa, mediante processo administrativo, o **procedimento legal necessário**, na cláusula do direito romano, também adotada pelas nossas leis, mesmo as militares. É o que se contém, por exemplo, no decreto-lei n.º 197, de 1938 (inatividade dos militares do Exército e da Armada), como resultante do princípio constitucional de garantias asseguradas às patentes em geral, e “em tôda a plenitude” (art. 182 da Constituição federal vigente e an-

teriores). Invoquei, por isso, o preceito do dispositivo do art. 182 cit., da Constituição federal, sem desconhecer as atribuições do Poder Executivo Estadual na chefia e administração da Fôrça Policial. — **Eurico Soares Montenegro.** — **Carlos Augusto.** — **José Gomes da Costa.** Fui presente : **Anselmo P. Cortez,** Procurador Geral.